

DEVOLUÇÃO, RESTITUIÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA (A ANTROPOLOGIA FORA E DENTRO DE CASA)

Return, restitution and scientific dissemination (anthropology inside and outside home)

Devolución, restitución y divulgación científica (la antropología dentro y fuera de casa)

ANA CLARA DAMÁSIO¹
ORCID: 0000-0001-7426-7486

RESUMO

Esta conferência-ensaio reflete sobre a prática antropológica a partir da trajetória pessoal e acadêmica da autora enquanto mulher negra de pele clara, explorando temas como devolução, restituição e divulgação científica. A narrativa é construída em três cenas: (1) sua experiência como graduanda na Universidade de Brasília (UnB), onde confrontou questões de classe, raça, gênero e pertencimento; (2) seu mestrado na Universidade Federal de Goiás (UFG), no qual retornou à cidade de sua família para pesquisar, e desenvolveu um diário de campo visual público no Instagram; e (3) seu doutorado na UnB, em que criou o podcast “Antropologia, como faz?” para democratizar o conhecimento antropológico. A autora discute a importância de repensar os métodos tradicionais da antropologia, propondo formas mais acessíveis e afetivas de compartilhar pesquisas, a partir de devoluções (cartas, podcasts, fotografias) que dialoguem com os sujeitos da pesquisa. Ela também diferencia devolução (gesto relacional e afetivo), restituição (ato político-institucional de reparação) e divulgação científica (tradução pública do conhecimento). A reflexão destaca a antropologia como uma prática em constante reinvenção, que deve transcender os espaços da academia e se comprometer com as comunidades que a tornam possível.

Palavras-chave: Antropologia; Etnografia; Devolução; Restituição; Divulgação científica.

ABSTRACT

This conference-essay reflects on anthropological practice through the personal and academic journey of the author, a light-skinned Black woman, exploring themes such as return (devolução), restitution, and scientific dissemination. The narrative is built in three scenes: (1) her undergraduate experience at the University of Brasília (UnB), where she confronted issues of class, race, gender, and belonging; (2) her master's studies at the Federal University of Goiás (UFG), during which she returned to her family's hometown to conduct research and developed a public visual field diary on Instagram; and (3) her doctoral work at UnB, where she created the podcast “Antropologia, como faz?” to democratize anthropological knowledge. The author discusses the importance of rethinking traditional anthropological methods by proposing more accessible and affective ways of sharing research through returns (letters, podcasts, photographs) that engage with research participants. She also distinguishes between return (a relational and affective gesture), restitution (a political-institutional act of reparation), and scientific dissemination (the public translation of knowledge). This reflection highlights anthropology as a practice in constant reinvention, one that must transcend academic boundaries and remain committed to the communities that make it possible.

Keywords: Anthropology; Ethnography; Return; Restitution; Scientific Dissemination.

Ana Clara Damásio é antropóloga, divulgadora científica e doutoranda em antropologia social pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Tem interesse em temas que perpassam migração, parentesco, relações raciais e metodologia etnográfica. E-mail: anaclarasousadamasio@gmail.com

RESUMEN

Esta conferencia-ensayo reflexiona sobre la práctica antropológica a partir de la trayectoria personal y académica de la autora, una mujer negra de piel clara, explorando temas como la devolución, la restitución y la divulgación científica. La narrativa se construye en tres escenas: (1) su experiencia como estudiante de pregrado en la Universidad de Brasilia (UnB), donde confrontó cuestiones de clase, raza, género y pertenencia; (2) su maestría en la Universidad Federal de Goiás (UFG), en la cual regresó a la ciudad de su familia para investigar y desarrolló un diario de campo visual público en Instagram; y (3) su doctorado en la UnB, donde creó el podcast “Antropologia, como faz?” para democratizar el conocimiento antropológico. La autora discute la importancia de repensar los métodos tradicionales de la antropología, proponiendo formas más accesibles y afectivas de compartir investigaciones, a partir de devoluciones (cartas, podcasts, fotografías) que dialoguen con los sujetos de la investigación. También diferencia la devolución (gesto relacional y afectivo), la restitución (acto político-institucional de reparación) y la divulgación científica (traducción pública del conocimiento). La reflexión destaca la antropología como una práctica en constante reinención, que debe trascender los espacios de la academia y comprometerse con las comunidades que la hacen posible.

Palabras clave: Antropología; Etnografía; Devolución; Restitución; Divulgación científica.

COMEÇAR A ESTRUTURAR UMA FALA NUNCA É UM PROCESSO SIMPLES PARA MIM

Porque, antes de tudo, implica fazer escolhas: escolher por onde começar, o que enfatizar, o que deixar em aberto. Exige, sobretudo, decidir como contar aquilo que sentimos urgência em dizer. Quais histórias contar, afinal? Voltarei a esse questionamento mais ao final da minha exposição. E talvez seja justamente por isso que me sinto tão honrada e alegre com o convite para estar aqui hoje, como palestrante da mesa de abertura do I Seminário Discente do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC–UNILAB (PPGA), cujo tema é “Corporalidades e Afetos no Fazer Antropológico”. Diante dessa proposta, senti que não poderia deixar de falar a partir e através de um corpo e das minhas vísceras (Anzaldúa, 2000). Um corpo que escreve, que sente, que se afeta, mas também um corpo que pensa a antropologia como algo sempre feito por meio de histórias (Damásio, 2022). Eu sou, em primeira ou última instância, uma antropóloga que conta histórias. Histórias que não apenas descrevem o mundo, mas que o elaboram, o tensionam e o colocam na fronteira.

Por isso, nesta fala, decidi começar contando uma história. A minha. Ou melhor: uma parte dela, sempre aos pedaços. Quero compartilhar como, durante a graduação, eu não compreendia exatamente o que significava “fazer antropologia”. O que era esse tal fazer etnográfico? Como se faz pesquisa em campo? Onde começava a antropologia e onde terminava? De onde eu vim não existia antropólogo. Minha mãe foi empregada doméstica, e meu pai, pedreiro. Minhas avós também trabalhavam como empregadas domésticas e lavradoras. O único avô que conheci era broqueiro, trabalhador especializado em abrir buracos e arrancar tocos, um ofício essencial na abertura de estradas. O nome vem de “broca”, a ferramenta usada para perfurar. Ele também prestava serviço para fazendeiros locais no interior do Piauí. Como ser uma antropóloga com minhas histórias? Com a história de toda minha família?

Num segundo momento desta fala, quero mostrar como fui descobrindo caminhos e estratégias para pensar esse tal “fazer antropológico”. Fui aprendendo o que a etnografia é (Peirano, 2014) e, em muitos sentidos, também aprendi a escutar, sentir e memorar. É errar, refazer, experimentar e, acima de tudo, é implicar-se. Não apenas com o campo, mas com os efeitos políticos e afetivos do conhecimento que produzimos (Haraway, 1988). Por fim, quero retornar a algumas questões que me parecem fundamentais e permanentes para quem se propõe a fazer antropologia hoje: os preceitos metodológicos, éticos e práticos que nos atravessam e que nos desafiam. Penso aqui na importância da devolução, da restituição e da divulgação científica, não como etapas finais de uma pesquisa, mas como parte constitutiva do processo. Como momentos em que precisamos, mais uma vez, pensar: para quem escrevemos? Quais histórias quero contar? A quem nos dirigimos? Como devolvemos aquilo que nos foi confiado? Como estabelecer uma relação e não cometer um roubo (Asad, 1973; Said, 2007) – nos termos científicos, etnográficos e coloniais do encontro?

Por isso, nesse momento entendo a antropologia como um campo que se faz em movimento, um pêndulo constante entre estar dentro e estar fora de casa. Entre proximidade e estranhamento. Entre afeto e crítica. Entre intimidade e teoria. E é nesse entre que me interessa estar, pensar e escrever. Por isso, lhes apresentarei três cenas.

CENA UM: UMA GRADUANDA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Em 2012, entrei na Universidade de Brasília. Era a primeira vez que eu pisava numa universidade e também a primeira vez que alguém da minha família chegava à graduação. O dia da matrícula ainda está muito vivo na minha memória: aquele espaço era imenso, estranho e novo. Lembro da sensação de não saber bem onde ir, de olhar ao redor e me perguntar se, de fato, eu deveria estar ali.

Logo nas primeiras semanas de aula, passei a dividir a sala com pessoas cujas trajetórias estavam profundamente distantes da minha: *filhos* de políticos, de governadores, de diplomatas e herdeiros. Muitos deles, de uma elite política e econômica brasileira que até então eu só conhecia pela televisão. Sentar ao lado dessas pessoas, ouvir seus sotaques, acompanhar suas referências e os modos como ocupavam a universidade, me fazia confrontar sistematicamente minha própria existência. Afinal, eu fazia *diárias* ou *faxinas* com minha mãe para conseguir ter alguma renda para me manter naquele espaço. Isso me fazia repensar meu corpo, minha história, minha forma de estar e de falar. Meu lugar ali nunca foi dado: foi construído a partir do confronto cotidiano entre o que eu era e o que aquele espaço me fazia sentir que eu não era.

Foi nesse cenário, atravessado por tensões de classe, raça, território, gênero e pertencimento (Collins, Sirma, 2021), que me aproximei da antropologia. E com ela veio uma pergunta que me acompanharia por muitos anos (e, de certa forma, ainda acompanha): o que é ser uma antropóloga? E mais: como ser antropóloga no Brasil, vindo de onde eu vim, sendo quem eu sou? Essas perguntas não foram respondidas ao longo da graduação. Na verdade, com o tempo, foram se tornando mais complexas.

A inquietação crescia porque, além dessas perguntas estruturais e políticas, havia outras, mais íntimas e, talvez por isso, mais perigosas: como eu descubro como ser uma antropóloga? Onde encontro esse caminho, se ele não está traçado para mim? A sensação era de estar andando por um terreno sem mapa, como se a bússola da formação estivesse quebrada para pessoas como eu. E mesmo assim, ou talvez por isso, eu seguia procurando brechas, fraturas, fronteiras, escutando e testando caminhos. A antropologia se tornou, pouco a pouco, não apenas um campo de conhecimento, mas um campo de possibilidades e de disputa (Bourdieu, 1983).

CENA DOIS: O MESTRADO NA UFG, A VOLTA PARA DENTRO DE CASA E O DIÁRIO DE CAMPO VISUAL PÚBLICO

Em 2018, comecei o mestrado em antropologia na Universidade Federal de Goiás (UFG). E, com ele, fiz um movimento que, à primeira vista, parecia contraditório: deixei a capital do Brasil e retornei para o interior, mais precisamente para Canto do Buriti, no Piauí, uma cidade com pouco mais de 20 mil habitantes, onde vivia minha avó materna e boa parte da minha família materna. Minha pesquisa se propunha a entender como as pessoas daquela cidade viviam e narravam suas próprias trajetórias de envelhecimento: como organizavam suas vidas a partir de marcos temporais, deslocamentos e eventos significativos. Era, portanto, uma tentativa de compreender a periodização da vida em um contexto interiorano e familiar. Mas por que voltar para Canto do Buriti? Por que escolher a cidade da minha avó e, com ela, fazer pesquisa?

A resposta, embora nem sempre bem recebida nos espaços acadêmicos, era bastante direta: porque eu não podia pagar por outra coisa. Eu não tinha dinheiro suficiente para fazer trabalho de campo em “lugares distantes”, como se convencionou chamar os campos etnográficos tidos como clássicos. Eu tinha uma bolsa de R\$ 1.500,00 e, como se espera de uma adulta no Brasil, contribuía nas contas de casa. As contas simplesmente não fechavam. Fazer pesquisa dentro de casa não era, inicialmente, uma escolha metodológica. Era uma condição, uma saída, uma brecha para tentar e continuar.

Mas esse retorno à casa da minha avó, que talvez começasse por uma limitação material, rapidamente se tornou o coração da pesquisa. Estar com ela, dormir na casa dela, escutar suas memórias (González, 2020) enquanto lavávamos a louça ou víamos novela, foi o que me permitiu pensar uma etnografia feita desde dentro. Uma etnografia que não parte do distanciamento, mas da convivência de uma vida com aquelas que me fizeram pessoa (Mauss, 1974), que não busca o outro, mas se debruça sobre o que há de mais íntimo, cotidiano e partilhado.

Nesse processo, fui percebendo que minha única possibilidade era também uma potente estratégia de experimentação. E se não havia recursos para grandes deslocamentos, havia ao menos a vontade, e talvez a

urgência, de inventar outras formas de fazer antropologia. Foi nesse contexto que criei um diário de campo visual público, hospedado no Instagram. A ideia era simples: todos os dias, durante o trabalho de campo, eu postava uma fotografia acompanhada de uma breve reflexão sobre o que tinha acontecido naquele dia, sobre o que eu estava aprendendo, vendo, escutando. Não era um diário privado, como os cadernos que costumamos guardar para nós mesmas (Malinowski, 1967), mas uma tentativa de partilhar a pesquisa, de ser acompanhada e também questionada por outras pessoas, de construir, com e a partir delas (Ingold, 2019), o conhecimento.

Acredito que essa foi minha primeira tentativa bem-sucedida de pensar uma antropologia em termos públicos (Gimeno; Castaño, 2016), para além das teses, dos artigos, das comunicações acadêmicas que nos são exigidas. Uma antropologia que assume o risco da exposição, da escuta e da colaboração ampliada. Mas, claro, nem todo mundo recebeu essa ideia com entusiasmo. Quando apresentei pela primeira vez a proposta de um diário de campo público aos meus pares, a recepção foi atravessada não apenas pela dúvida, mas por uma desconfiança evidente. “Pra quê isso?”, me perguntaram. “Não faz sentido.” Lembro de uma colega reagindo com tanta convicção negativa que, sem argumentos prontos e ainda cheia de incertezas, só consegui responder: “Porque sim. Porque eu quero experimentar.”

Talvez tenha sido justamente esse desejo de experimentar, esse impulso que parece intuitivo, mas que carrega a densidade de muitas histórias, que me levou, pela primeira vez, a vislumbrar a possibilidade de fazer uma antropologia comprometida com o agora, com o aqui e com o perto. Uma antropologia que reconhece as limitações materiais e, a partir delas, fez da falta, presença. Porque, às vezes, é na volta para casa que descobrimos os caminhos mais potentes para seguir adiante. É ali que um mundo se revela. E o que pensei ser intuição, percebi depois, era outra coisa: era saber ancestral. Era o que as mulheres da minha vida sempre me ensinaram a fazer: criar tecnologias de luta, de cuidado e de construção de uma vida digna, mesmo (e sobretudo) em meio à escassez e à ruína.

CENA TRÊS: O DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA NA UNB E O NASCIMENTO DO PODCAST “ANTROPOLOGIA, COMO FAZ?”

Voltar à Universidade de Brasília, em 2021, como doutoranda em Antropologia, foi como fechar um ciclo e, ao mesmo tempo, recomeçar tudo de novo. Gosto sempre de lembrar que não fui aprovada na seleção de mestrado da UnB. Esses “*nãos*”, esses “*não deu certo*”, “*não consegui*”, atravessam as trajetórias de muitos antropólogos, ainda que poucos falem sobre o que costumam chamar de “fracasso”. O currículo Lattes é uma vitrine de *shopping*: mostra o que brilha, o que foi aceito, o que virou título. Mas nele não cabem todos os “*nãos*” que eu, e os antropólogos que admiro, já recebemos. E, ainda assim, ou talvez justamente por isso, esses “*nãos*” também nos formam. Falar sobre eles é essencial para que a gente entenda que fazer antropologia não é um percurso linear. É tropeço, recuo, recomeço. É também aprender com o que não se conseguiu.

Dessa vez, porém, eu não era mais aquela estudante que pisava na UnB pela primeira vez. Trazia comigo os rastros acumulados da graduação, do mestrado, do campo. Trazia as fotografias que tirei em Canto do Buriti, os áudios que gravei com minha avó, os vídeos feitos com o celular durante as longas tardes no interior do Piauí, no Entorno do DF e em São Paulo. Trazia também o peso e a força de todas as conversas que tive, dos silêncios que escutei e dos cadernos de campo que carregava como quem carrega pequenos mundos.

Mas havia algo que me inquietava: como dar forma a tudo isso? Como partilhar essas experiências de um modo que não ficasse restrito às paredes da universidade ou aos formatos da produção acadêmica? Como encontrar um espaço para falar não apenas dos resultados da pesquisa, mas dos tropeços, das tentativas, das perguntas sem resposta? Como abrir espaço para o processo – esse emaranhado de dúvidas, hesitações, descobertas e *nãos* – que quase nunca aparece nos textos publicados?

Foi escutando o *podcast* de uma amiga querida, também doutoranda na UnB, chamado “Etnografando o fim do mundo”, que comecei a enxergar uma possibilidade. Ela usava o *podcast* como uma ferramenta pedagógica (Mânica et al, 2022), discutindo textos e temas da disciplina de Introdução à Antropologia que lecionava. Aquilo me despertou. E se eu também criasse um espaço assim? Um lugar onde fosse possível falar de antropologia de forma acessível, horizontal, honesta. Onde eu pudesse dividir as perguntas que me atravessavam, e não apenas as respostas prontas.

Sem saber absolutamente nada sobre edição de áudio, sem conhecer as regras de formatação de um *podcast*, com um celular, um microfone ruim e um computador antigo da graduação, nasceu (quase sem pretensão)

o “Antro, como faz?”. O nome já trazia a pergunta que me acompanhava desde a graduação. Uma pergunta que, ao longo dos anos, se desdobrou em outras: como se escreve um texto? Como se começa um capítulo? Como se sabe que o campo terminou? Como se publica? Como se erra? Como se recomeça? Como se junta os pedaços? Mas junto com o *podcast*, veio também a insegurança. O medo de me expor publicamente, de ser julgada pelos meus pares, de estar “falando demais” ou “cedo demais”. Uma parte de mim escutava, ainda muito forte, a ideia de que a “verdadeira antropologia” não deve circular em redes sociais, nem ocupar espaços públicos antes de estar pronta, fechada, aprovada. Que o trabalho de campo só deve ser mostrado quando finalizado. Que há um tempo certo e um formato certo para aparecer.

Mas eu estava em outro tempo. Um tempo que pedia partilha, afeto, exposição. Embora a tese finalizada já esteja nas mãos da banca e eu sinta orgulho dela, eu não queria, e ainda não quero, falar apenas sobre isso. Meu desejo era abordar o processo de fazer uma tese e o caminho tortuoso que me levou até ela. A escrita que não anda, a angústia de fechar um capítulo, a alegria de uma boa conversa no campo, a sensação de estar sempre um pouco perdida e, mesmo assim, continuar. Foi nesse movimento de tornar público o que, até então, era considerado privado – a dúvida, o erro, o cansaço, o riso – que descobri que eu não estava sozinha. Muitas pessoas vinham me dizer que sentiam o mesmo, quer dizer, que também carregavam suas inseguranças, seus impasses, suas vontades de experimentar outras formas de fazer antropologia.

Assim, o *podcast* foi deixando de ser apenas meu. Tornou-se um espaço coletivo de respiro e reflexão, onde era possível pensar que a antropologia não precisa ser só finalização, certeza ou autoridade. Ela pode, e talvez deva, ser também tentativa, falha, gozo, invenção. Um campo em constante construção. Uma prática situada, afetiva e radicalmente pública. E, mais uma vez, percebi: ser antropóloga, para mim, tem sido construir um caminho ao caminhar e não apenas aceitar os caminhos prontos, mas arriscar trilhas novas, mesmo que tortas, mesmo que aos tropeços, porque é exatamente aí, nos tropeços, que muita coisa começa, como publiquei recentemente:

E, se volto à questão [eu sou uma antropóloga?], a resposta não encontra uma forma simples, fechada ou definitiva. Ela é, antes de tudo, um convite à contínua reflexão sobre o que significa pertencer a uma disciplina que, como a antropologia, está em constante transformação. A antropologia, como campo de conhecimento e prática, não é estática. E, ainda que a sensação de ser e/ou não ser da família antropológica persista para muitos de nós, é preciso lembrar que a busca por reconhecimento e pertencimento a esse lugar é válida e necessária. Então, eu sou uma antropóloga? Talvez a resposta mais honesta seja que eu estou em processo de me tornar uma, assim como a própria antropologia está em processo de se reinventar [depois de tantos momentos de pânico que surgem de tempos em tempos afirmando que o final da disciplina está próximo]. E, nesse caminho, o que importa não é apenas a resposta, mas a busca coletiva e contínua por uma disciplina que acolha a todas, que reconheça as múltiplas vozes que a compõem e que seja, de fato, fiel à complexidade do mundo que se propõe a estudar. A esperança, afinal, não está no fim da jornada, mas no movimento constante em direção a um futuro que estamos construindo hoje]. (Damásio, 2025)

JUNTANDO AS CENAS, OS PEDAÇOS, OS CAMINHOS E AS RUÍNAS: DEVOLUÇÃO, RESTITUIÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA (A ANTROPOLOGIA FORA E DENTRO DE CASA)

Reunir três momentos da minha trajetória – a graduação na UnB, marcada pelas minhas primeiras incompreensões sobre o fazer etnográfico; o mestrado na UFG, que me levou de volta à casa da minha família e possibilitou compartilhar uma pesquisa em curso por meio de um diário de campo visual e público; e, por fim, o doutorado, novamente na UnB, com a criação do *podcast* “Antro, como faz?” – permite vislumbrar não apenas um percurso acadêmico, mas também os modos pelos quais a antropologia pode ser transformada quando atravessada por práticas de experimentação contínua.

Esses momentos não se articulam apenas como etapas formais de formação, mas como experiências que tensionam as fronteiras entre o que chamamos de antropologia e os mundos que ela busca compreender. Cada retorno, à universidade, à casa, ao campo, à escuta, carrega consigo o desejo de transformar a maneira como fazemos antropologia e, principalmente, com quem a fazemos. Ao experimentar diferentes formatos de escrita e compartilhamento, como o diário visual e o *podcast*, fui compreendendo que a produção de conhecimento antropológico não se encerra nem deve se limitar aos marcos institucionais. Ela também se realiza nos pequenos gestos de escuta, nos modos de contar uma história, nas trocas com quem nos ensina a ver o mundo de outro jeito.

É nesse movimento constante entre dentro e fora, entre a universidade e a casa, entre o método e o afeto, que venho compreendendo a antropologia como uma prática em permanente reinvenção. Uma prática que, para seguir viva, precisa se abrir ao inesperado e, assim, aceitar ser transformada. Nos últimos anos, tenho me perguntado: o que devolvemos àqueles que compartilham conosco suas histórias, suas memórias, seus mundos (Damásio, 2022, 2024)? E como devolvemos? Essas perguntas atravessam experiências

diversas, mas se ancoram em um ponto comum: a preocupação constante em fazer com que o conhecimento antropológico ultrapasse os espaços da universidade e retorne, de algum modo, às pessoas que tornaram a pesquisa possível.

Certa vez, ao visitar uma universidade para entregar um livro X, passei por uma sala onde acontecia uma aula de pós-graduação em Antropologia. Sem querer, parei por um instante e ouvi um estudante se queixar de que suas devoluções de campo não estavam funcionando como esperava. Pela forma como narrou, entendi que sua devolução consistia basicamente na entrega de uma dissertação impressa. Fiquei pensando: era isso que seus interlocutores queriam? Era isso que esperavam?

Se nós, antropólogos, somos reconhecidos por nossa capacidade de traduzir mundos, que tipo de tradução ele estava oferecendo? E mais: como estava enxergando aqueles com quem se comprometeu no campo? Muitas vezes, uma tese impressa pode ter, em determinados contextos, o mesmo valor que um calço de porta, e isso não significa, necessariamente, desprezo. Pode ser, inclusive, uma forma criativa de reaproveitamento, uma apropriação prática diante de algo que, em si, não comunica nada àquelas vidas.

O que me interessa aqui é pensar: o que o campo espera de nós? Que formas ganham sentido ali? Como traduzir nossa pesquisa de modo a gerar diálogo real? Não se trata apenas de “devolver dados”, mas de criar formas que dialoguem com o contexto e as pessoas envolvidas. E talvez essa devolução não precise ser uma dissertação. Talvez seja uma poesia, uma carta, uma reportagem, um *podcast*, uma exposição, um gibi, uma fotografia, uma roda de conversa, um objeto. Chamo tudo isso de “coisas”, porque “coisas” (Henare et al, 2016) abrem espaço para a invenção. Coisas que fazem sentido no mundo do outro. Coisas que, mais do que representar, relacionam.

Quando entrei na universidade, meu primeiro contato com a antropologia foi marcado por uma profunda incompreensão. Eu não entendia bem o que era essa tal de antropologia e, com o tempo, percebi que eu não era a única. Na verdade, éramos muitas. E ainda seremos. É por isso que minhas preocupações recentes emergem justamente desse entremeio: entre a casa e a academia, entre o rigor metodológico e a criatividade necessária para sustentar vínculos com os campos que se investigam, especialmente quando esses campos são feitos de gente nossa, gente da gente.

Foi nesse percurso que se tornou fundamental distinguir as diferentes formas pelas quais esse retorno do conhecimento pode acontecer: devolução, restituição e divulgação científica. Embora os termos às vezes se confundam, cada um carrega sentidos e implicações distintas. A restituição pode assumir múltiplos significados, da divulgação formal de resultados a ações com implicações éticas e políticas de reparação. Trata-se de um retorno estruturado, muitas vezes institucional, orientado por princípios de justiça, reconhecimento histórico ou reposicionamento simbólico de sujeitos, objetos e saberes em seus contextos de origem.

Já a devolução diz respeito a um gesto mais imediato, relacional, situado no próprio curso da pesquisa. É o compartilhar provisório, aberto, das interpretações e registros com aquelas e aqueles com quem se construiu o campo. Não é um fim, mas uma etapa que pode provocar risos, silêncios, discordâncias ou reconhecimentos. A devolução é processo, vínculo, afeto. No meu caso, é também parentesco. A divulgação científica, por sua vez, ocupa outro lugar. Trata-se de um gesto de tradução pública. Diferente da devolução, que se inscreve nos vínculos estabelecidos no campo, e da restituição, que opera em registros institucionais e reparatórios, a divulgação científica se dirige a públicos amplos e plurais, nem sempre previamente implicados na pesquisa. É o esforço de tornar acessível aquilo que foi aprendido, formulado ou experimentado, sem que isso signifique simplificação ou perda de densidade.

É um esforço de linguagem e também de forma: texto, vídeo, conversa, exposição, *podcast*, são muitas as possibilidades de fazer circular o pensamento produzido na universidade para além de seus espaços. No meu caso, ela se tornou uma ferramenta vital para sustentar aquele entremeio de onde venho e a partir do qual penso: entre a casa e a academia, entre quem lê artigo científico e quem não tem tempo, acesso ou familiaridade com esse tipo de escrita. A divulgação científica, para mim, é também um modo de cuidar do que aprendi e de com quem aprendi, de devolver ao mundo não só os resultados da pesquisa, mas também a pergunta que nos move: para quem escrevemos? E por quê? Quais histórias eu quero contar?

Pesquisando entre parentes – minha mãe Analice (54), minha avó Anita (76) e minha tia-avó Itamar (67) –, a devolução nunca se apresentou como um gesto técnico ou protocolar. Ela está inscrita nas dinâmicas cotidianas de troca, cuidado e obrigação que constituem o próprio fazer-parentesco. Desde 2019, venho

trabalhando com o que chamo de parentes-interlocutoras, inicialmente investigando questões relacionadas à geração, curso de vida e histórias familiares (Damásio, 2025). Nesse percurso, a devolução se mistura a práticas afetivas e rotineiras: desde o preparo de comidas partilhadas às fotografias reencontradas; dos cuidados burocráticos com a vida estatal da minha avó, muitas vezes solicitados por minha mãe, até pequenas tarefas atravessadas por conversas e lembranças. As devoluções assumem múltiplas formas: conversas na cozinha, áudios de *WhatsApp* enviados tarde da noite, vídeos curtos explicando trechos dos meus textos, memórias evocadas e recontadas entre uma atividade e outra. Cada uma dessas ações é, ao mesmo tempo, uma tentativa de comunicar o que foi pesquisado e uma forma de reconhecer que essa pesquisa só é possível porque está enraizada em uma rede de reciprocidades, feita de escuta, cuidado e implicação afetiva.

Lembro-me do texto de Soraya Fleischer (2015) sobre sua experiência de devolução em um centro de saúde em Ceilândia-DF. Ela mostra como a devolução pode ser um processo inesperado, capaz de encerrar campos, abrir outros, passar despercebida ou até tensionar relações. No meu caso, a devolução não marca uma separação entre pesquisadora e campo, mas reafirma a continuidade de relações que já existiam antes mesmo do início da pesquisa. Não devolvo à minha família algo que lhes é externo; devolvo algo que é também delas, algo que construímos juntas e que elas dizem ter direito: as histórias que eu conto são delas. Por isso, a devolução aqui é também um gesto de cuidado e de continuidade das conversas, das dúvidas, da escuta.

Nesse percurso, o *podcast* “Antro, como faz?” não surgiu apenas como uma ferramenta de divulgação científica, mas como uma forma de devolução expandida. Um modo de colocar no mundo os dilemas, impasses e tropeços do trabalho de campo e da escrita, abrindo a antropologia a outras escutas, inclusive aquelas que, à primeira vista, não se reconhecem como parte desse campo. O *podcast* se tornou uma forma de conversar com quem está dentro e fora da universidade, com quem está começando e com quem, como eu, ainda se pergunta o que significa fazer antropologia e ser uma antropóloga.

Nesse gesto, a antropologia se descola da imagem de técnica especializada ou profissão acadêmica e se torna uma prática cotidiana de escuta, experimentação e partilha, atravessada por afetos, vergonhas, medos e desejos de transformação. Uma prática que reconhece sua incompletude e aposta em formas de fazer que não se sustentam na autoridade, mas na relação. Ainda que pequena, essa é uma transformação possível e, talvez, necessária.

É essa a história que eu tenho para contar para vocês hoje. Muito obrigada!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- ASAD, Talal. *Anthropology and the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DAMÁSIO, Ana Clara. *Fazer-família e fazer-antropologia: uma etnografia dentro de casa*. 1. ed. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2025. v. I. 169 p.
- DAMÁSIO, Ana Clara. Eu sou uma antropóloga? RAFE^{CT} – Rede Latinoamericana de Antropologia Feminista das Ciências e Tecnologias, 14 maio 2025. Disponível em: <https://rafect.labjor.unicamp.br/eu-sou-uma-antropologa/>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- DAMÁSIO, Ana Clara. Agora sei o que você faz, você conta histórias!: notas etnográficas sobre um diário de campo visual público, alteridade, colonialidade e posicionalidade. *Cadernos de Campo (USP)*, v. 31, p. 1-24, 2022.
- DAMÁSIO, Ana Clara. Nem precisa ler o que tá escrito, mas olha as fotos de mãe aí: notas etnográficas sobre devolução em campo e família. *Áltera: Revista de Antropologia*, v. 18, p. 1-21, 2024.
- DAMÁSIO, Ana Clara. Isso aqui é pros meus netos, pois na hora que eu morrer é pra levar!: um ensaio visual sobre a devolução de fotografias em campo. *Vivência: Revista de Antropologia*, n. 1, p. 307-313, 2022.
- FLEISCHER, Soraya. Autoria, subjetividade e poder: devolução de dados em um centro de saúde na Guariroba (Ceilândia/DF). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2649-2658, 2015.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, out. 1988.
- HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari (Org.). *Thinking through things: theorising artefacts ethnographically*. London: Routledge, 2006.
- INGOLD, Tim. Sobre levar os outros a sério; Repensando o social; Antropologia para o futuro. In: INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?* Rio de Janeiro: Vozes, 2019. cap. 1; 4-5.
- MANICA, Daniela Tonelli; PERES, Milena; FLEISCHER, Soraya (Org.). *No Ar: Antropologia – histórias em podcast*. São Paulo: Pontes Editores, 2022.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974 [1923-1924].
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul. 2014.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Data de submissão: 05/06/2025

Data de aceite: 09/10/2025

Data de publicação: 15/12/2025